

| | | |
|--|-----------------------------------|-------------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p><i>CADERNO DE ENCARGOS</i></p> | <p><i>Página 1</i></p> |
| | | <p><i>Data: nov./2024</i></p> |

ÁGUAS DE GAIA, EM, SA

*PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE
PROJETOS DE EXECUÇÃO DE EMPREITADAS PARA CANDIDATURA AO FEDER*

CADERNO DE ENCARGOS

| | | |
|--|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 2</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Capítulo I- Disposições gerais..... | 4 |
| Cláusula 1.ª- Objeto | 4 |
| Cláusula 2.ª- Contrato..... | 4 |
| Cláusula 3.ª- Prazo de prestação do serviço | 4 |
| Capítulo II- Obrigações contratuais | 5 |
| Secção I- Obrigações do prestador de serviços..... | 5 |
| Subsecção I- Disposições gerais..... | 5 |
| Cláusula 4.ª- Obrigações principais do prestador de serviços..... | 5 |
| Cláusula 5.ª- Forma de prestação do serviço..... | 5 |
| Cláusula 6.ª- Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato | 6 |
| Cláusula 7.ª- Transferência da propriedade | 6 |
| Cláusula 8.ª- Conformidade e garantia técnica | 7 |
| Subsecção II- Dever de sigilo..... | 7 |
| Cláusula 9.ª- Objeto do dever de sigilo | 7 |
| Cláusula 10.ª- Prazo do dever de sigilo..... | 7 |
| Cláusula 11.ª- Direitos de propriedade intelectual..... | 8 |
| Cláusula 12.ª - Proteção de dados pessoais..... | 8 |
| Secção II- Obrigações de Águas de Gaia, EM, SA..... | 8 |
| Cláusula 13.ª - Preço base | 8 |
| Cláusula 14.ª- Preço contratual | 9 |
| Cláusula 15.ª- Condições de pagamento | 9 |
| Capítulo III- Penalidades contratuais e resolução..... | 10 |
| Cláusula 16.ª- Penalidades contratuais..... | 10 |
| Cláusula 17.ª- Força maior..... | 10 |
| Cláusula 18.ª- Resolução por parte do contraente público | 11 |
| Cláusula 19.ª- Resolução por parte do prestador de serviços | 11 |
| Capítulo IV- Caução | 12 |
| Cláusula 20.ª- Execução da caução | 12 |
| Capítulo VI- Resolução de litígios | 12 |
| Cláusula 21.ª- Foro competente..... | 12 |
| Capítulo VII- Disposições finais | 12 |
| Cláusula 22.ª Gestor do Contrato | 12 |
| Cláusula 23.ª- Subcontratação e cessão da posição contratual..... | 12 |
| Cláusula 24.ª- Comunicações e notificações | 12 |
| Cláusula 25.ª- Contagem dos prazos..... | 12 |
| Cláusula 26.ª- Legislação aplicável | 13 |
| ANEXO I - TERMOS DE REFERÊNCIA..... | 14 |
| ANEXO II - LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS..... | 16 |
| ANEXO III - POLÍTICA DA QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA | 18 |
| ANEXO IV - POLÍTICA E COMPROMISSO ANTI-CORRUPÇÃO | 20 |

| | | |
|--|-----------------------------------|-------------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p><i>Página 3</i></p> |
| | | <p><i>Data: nov./2024</i></p> |

| | |
|---|----|
| ANEXO V - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EXTERNOS DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL | 28 |
|---|----|

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 4</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

Capítulo I- Disposições gerais

Cláusula 1.ª- Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Prestação de Serviços de “Elaboração de Projetos de Execução de Empreitadas para candidatura ao FEDER”.

Cláusula 2.ª- Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª- Prazo de prestação do serviço

1 - O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da celebração do contrato.

2 - Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da Águas de Gaia, EM, SA ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

3 - As obrigações acessórias decorrentes da elaboração do projeto de execução manter-se-ão em vigor até à conclusão da construção a que dizem respeito.

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 5</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

Capítulo II- Obrigações contratuais

Secção I- Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I- Disposições gerais

Cláusula 4.ª- Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Obrigação de executar a prestação de serviços de elaboração de projetos de execução de empreitadas para candidatura ao FEDER, de acordo com o estipulado no anexo I do presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de elaborar o projeto indicado na alínea anterior respeitando as exigências legais em vigor;
- c) Obrigação de efetuar deslocações e acompanhamento em obra, se necessário, da execução dos trabalhos respeitantes ao projeto de execução a apresentar nos termos das alíneas anteriores.

2 - Impendem ainda sobre o prestador de serviços as demais obrigações previstas no caderno de encargos e outras obrigações previstas na legislação aplicável, nomeadamente os decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais - Reg (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e Conselho.

3 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª- Forma de prestação do serviço

1 - A elaboração do projeto de execução ao abrigo da presente prestação de serviços será executada nas instalações do Prestador de Serviços.

2 - A apresentação do projeto final de execução deverá ser feita nas instalações da Águas de Gaia, EM, SA, em data a acordar com o Prestador de Serviços, após a comunicação de que o mesmo se encontra concluído.

3 - Todas as reuniões para discussão de eventuais correções e/ou alterações ao projeto terão lugar nas instalações da Águas de Gaia, EM, SA.

| | | |
|---|----------------------------|-----------------|
|  ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA | CADERNO DE ENCARGOS | Página 6 |
| | | Data: nov./2024 |

4 - O acompanhamento da execução da obra a realizar com base no projeto de execução objeto da prestação de serviços, quando se justifique, poderá implicar deslocações ao local de execução da obra, bem como a reuniões em local a combinar entre o Prestador de Serviços e a Águas de Gaia, EM, SA.

Cláusula 6.ª- Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1 - Após a entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a Águas de Gaia, EM, SA procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 - Na análise a que se refere o número anterior, o Prestador de Serviços deverá prestar à Águas de Gaia, EM, SA toda a cooperação e todos os esclarecimentos e informações necessárias.

3 - No caso de a análise da Águas de Gaia, EM, SA a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, a Águas de Gaia, EM, SA deve disso informar o Prestador de Serviços.

4 - No caso previsto no número anterior, o Prestador de Serviços deve proceder, à sua custa, em prazo a definir caso a caso, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5 - Após a realização das alterações e complementos necessários pelo Prestador de Serviços, no prazo respetivo, a Águas de Gaia, EM, SA procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6 - Caso a análise da Águas de Gaia, EM, SA a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Prestador de Serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 7 dias a contar do termo dessa análise, declaração de receção definitiva dos projetos de execução das diferentes especialidades pela Águas de Gaia, EM, SA.

7 - A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª- Transferência da propriedade

1 - Com a declaração a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade para a Águas de Gaia, EM, SA de todos os elementos desenvolvidos ao abrigo do

| | | |
|---|----------------------------|-----------------|
|  | CADERNO DE ENCARGOS | Página 7 |
| | | Data: nov./2024 |

contrato de Prestador de Serviços, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.ª- Conformidade e garantia técnica

1 - O Prestador de Serviços garante a conformidade, com as exigências legais, do projeto de execução por ele elaborado ao abrigo do presente contrato.

2 - O Prestador de Serviços garante ainda o projetos por ele desenvolvido contra qualquer defeito ou anomalia, bem como contra qualquer desconformidade com as especificações técnicas definidas no Anexo I do presente caderno de encargos.

3 - Para efeitos dos números anteriores, o Prestador de Serviços fica obrigado a corrigir qualquer inconformidade, defeito ou anomalia, no prazo máximo de 5 dias contados da notificação da Entidade Adjudicante para o efeito.

Subsecção II- Dever de sigilo

Cláusula 9.ª- Objeto do dever de sigilo

1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Águas de Gaia, EM, SA, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.ª- Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

| | | |
|---|----------------------------|-----------------|
|  ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA | CADERNO DE ENCARGOS | Página 8 |
| | | Data: nov./2024 |

Cláusula 11.ª - Direitos de propriedade intelectual

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.ª - Proteção de dados pessoais

1 - Nos termos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados aprovado pelo Reg. (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, o prestador de serviços obriga-se a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Águas de Gaia, EM, SA única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Águas de Gaia, EM, SA esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Adotar todas as medidas de carácter técnico e organizativo necessárias e adequadas a garantir a proteção dos dados pessoais tratados por conta da Águas de Gaia, EM, SA contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.
- f) Prestar à Águas de Gaia, EM, SA toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do presente contrato e manter a Águas de Gaia, EM, SA informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais.

2 - O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a Águas de Gaia, EM, SA venha a incorrer em consequência do tratamento por parte da mesma ou dos seus colaboradores de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.

Secção II- Obrigações de Águas de Gaia, EM, SA

Cláusula 13.ª - Preço base

1 - Nos termos do artigo 47.º do CCP, o preço base definido para o presente procedimento é de

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 9</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

€19.000,00 (dezanove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

2 - O preço indicado no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao objeto do contrato, designadamente outras despesas associadas à prestação dos serviços contratualizados.

3 - As propostas serão excluídas se apresentarem um preço global superior ao estabelecido no número 1 do presente artigo.

4 - Os preços constantes da proposta não incluem IVA e devem ser indicados em euros, por extenso e em algarismos, com o máximo de duas casas decimais.

Cláusula 14.^a- Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Águas de Gaia, EM, SA pagará ao prestador de serviços o preço resultante da aplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, aos serviços efetivamente efetuados.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.^a- Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pela Águas de Gaia, EM, SA, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pela Águas de Gaia, EM, SA das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Para os efeitos do número anterior, os pagamentos serão efetuados de acordo com o trabalho realizado.

3 - Em caso de discordância por parte da Águas de Gaia, EM, SA, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 10</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

Capítulo III- Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.^a- Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Águas de Gaia, EM, SA pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Águas de Gaia, EM, SA pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do valor de adjudicação.
- 3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a Águas de Gaia, EM, SA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 - A Águas de Gaia, EM, SA pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Águas de Gaia, EM, SA exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a- Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 11</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª- Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo dos fundamentos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP, a Águas de Gaia, EM, SA pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 19.ª- Resolução por parte do prestador de serviços

1 - O direito de resolução é exercido por via judicial.

2 - A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 12</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

Capítulo IV- Caução

Cláusula 20.^a- Execução da caução

Para o presente procedimento não é exigida a prestação de caução.

Capítulo VI- Resolução de litígios

Cláusula 21.^a- Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VII- Disposições finais

Cláusula 22.^a Gestor do Contrato

Nos termos e para efeitos do artigo 290.º A do CCP, no contrato celebrado entre as partes será indicado o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Cláusula 23.^a- Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - A cessão e a subcontratação pelo prestador de serviços carecem de autorização da Águas de Gaia, EM, SA

2 - A Águas de Gaia, EM, SA poderá ceder a sua posição contratual, bastando para tal a comunicação por escrito ao prestador de serviços de que irá ceder a sua posição contratual.

Cláusula 24.^a- Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito à outra parte.

Cláusula 25.^a- Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

| | | |
|--|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 13</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

Cláusula 26.ª- Legislação aplicável

O contrato é regulado nos termos do CCP e demais legislação em vigor.

| | | |
|--|-----------------------------------|-------------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p><i>CADERNO DE ENCARGOS</i></p> | <p><i>Página 14</i></p> |
| | | <p><i>Data: nov./2024</i></p> |

ANEXO I – TERMOS DE REFERÊNCIA

| | | |
|---|----------------------------|-----------------|
|  ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, S.A. | CADERNO DE ENCARGOS | Página 15 |
| | | Data: nov./2024 |

1. Introdução

O procedimento em causa tem por objetivo a Elaboração de projetos de execução de empreitadas para candidatura ao FEDER

2. Âmbito e Metodologia do Projeto

A necessidade de contratação do presente projeto surge na sequência da candidatura a fundos Comunitários ao abrigo do FEDER, mais propriamente do Programa NORTE 2030 - CUA em baixa (sistemas municipais), cuja comparticipação de 85% será de 5.805.043,05€.

Os locais a serem alvo de projeto de execução da rede de água são:

| |
|--|
| <u>Execução de Condutas em locais sem cobertura de rede</u> |
| <i>Empreitada de prolongamento de conduta em locais sem cobertura de rede de abastecimento de água para suprir necessidades de construções novas (2000m) DN90mm</i> |
| <u>Substituição de Condutas por insuficiência de caudais</u> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua do Emissor - Canidelo (DN110) - (500m)</i> |
| <i>Empreitada de reforço de caudais entre a Rua Machado dos Santos e a Rua Quinta do Fojo - Canidelo (DN315) - (520m)</i> |
| <i>Empreitada de reforço de caudais entre a Rua Nova do Fojo e a Rua Tenente Valadim - Canidelo (DN315) - (380m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua da Rechousa - Canelas (DN160) - (650m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua do Ermo - Grijó (DN90) - (600m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua José Falcão - Santa Marinha (DN200) - (1000m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua de Santa Apolónia - Serzedo (DN90) - (900m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua Joaquim Lopes Pintor - Vilar do Paraíso (DN90) - (220m)</i> |
| <u>Substituição das condutas distribuidoras por avarias frequentes</u> |
| <i>Empreitada de substituição de troços entre nós de condutas antigas e outros acessórios de rede em vários arruamentos do concelho por avarias frequentes (1000m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua do Ribeiro - Crestuma (DN110) - (200m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Entre a Rua das Alheiras e a Rua da Associação Recreativa das Lavadeiras de Pedroso- Pedroso (DN160/125) - (500m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Entre a Rua da Alheira de Baixo e a Rua de Lamaçais- Pedroso (DN125/90) - (780m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua Delfim de Lima - Canelas (DN200) - (1100m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Travessa Ponte Pereiro - Pedroso (DN250) - (500m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua Figueira de Mato - Serzedo (DN90) - (1350m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Rua Ramiro Sá Coelho - Perosinho - (550m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Quinta da Paradela Fase 1- Pedroso - (1200m)</i> |
| <i>Empreitada de substituição de conduta na Quinta da Paradela Fase 2- Pedroso - (2000m)</i> |



ÁGUAS
DE GAIA
EMPRESA MUNICIPAL, SA

CADERNO DE ENCARGOS

Página 16

Data: nov./2024

ANEXO II – LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

| | | |
|--|----------------------------|-----------------|
|  ÁGUAS DE GAIA <small>EMPRESA MUNICIPAL, SA</small> | CADERNO DE ENCARGOS | Página 17 |
| | | Data: nov./2024 |

| Código | Designação | Unidade | Qtd |
|--------|--|---------|-----|
| / | <i>Elaboração de projetos de execução de empreitadas para candidatura ao FEDER</i> | | |
| /1 | <i>Elaboração de projetos de execução de empreitadas para candidatura ao FEDER</i> | vg | 1 |



ÁGUAS
DE GAIA
EMPRESA MUNICIPAL, SA

CADERNO DE ENCARGOS

Página 18

Data: nov./2024

ANEXO III – POLÍTICA DA QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

| | | |
|---|----------------------------|-----------------|
|  ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA | CADERNO DE ENCARGOS | Página 19 |
| | | Data: nov./2024 |



POLÍTICA DA QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

“Os nossos Colaboradores são o bem mais precioso nesta grande equipa Águas de Gaia, como a Água é o bem mais precioso na Vida.”

Conscientes das nossas responsabilidades na gestão de recursos, melhoria contínua, diminuição dos impactos da nossa atividade sobre o meio ambiente e no controlo dos riscos e perigos que podem afetar as pessoas envolvidas nos processos, comprometemo-nos:

Antecipar e satisfazer as necessidades e expectativas internas e externas, dos nossos Colaboradores, Clientes, do Município, dos Parceiros, da Comunidade e de outras Partes Interessadas.

Garantir a disponibilidade e a qualidade da água segura, em todo o concelho, gerir a rede de drenagem pluvial, melhorando as condições de escoamento das ruas e vias municipais e de encaminhamento para as linhas de água e assegurar a recolha das águas residuais, o tratamento e a qualidade de efluentes rejeitados no meio hídrico.

Utilizar e promover uma atuação responsável e eco eficiente na gestão e exploração dos processos e das infraestruturas, prevenindo a poluição, racionalizando a utilização de recursos naturais e minimizando os impactos ambientais.

Atuar proativamente na proteção, na saúde e na segurança dos Colaboradores e de todas as pessoas envolvidas, através da redução e eliminação de riscos.

Ser um símbolo de transparência, rigor, precisão, modernidade e inovação em todas as atividades que desenvolvemos, participando na sensibilização da população do concelho de Vila Nova de Gaia para a preservação do meio ambiente.

Desenvolver e atuar de forma responsável e sustentável, promovendo a participação e a consulta em SST, a igualdade de género, através do envolvimento equilibrado dos homens e mulheres nas atividades profissionais, e a conciliação da vida pessoal, profissional e familiar para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada para as gerações futuras.

Estabelecer e rever periodicamente os princípios, tendo em conta os processos, os impactos e os riscos significativos de modo a garantir-se o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua.

Garantir o cumprimento das obrigações de conformidade decorrentes da legislação, regulamentação, normalização e outros diplomas aplicáveis.

Acompanhar o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, assegurando uma manutenção eficaz.

Incentivar o trabalho em equipa e o envolvimento de todos os Colaboradores, promovendo o desenvolvimento de competências, a responsabilização, a valorização e a formação adequada ao desempenho das suas atividades, bem como gerar felicidade interna, através de benefícios sociais e metodologias de reconhecimento pessoal e profissional.

Alargar as valências e serviços disponíveis, potenciando os recursos internos existentes, fora do Município.

**GOTA de ÁGUA, é simultaneamente um DIAMANTE...
porque afinal a água é o NOSSO BEM MAIS PRECIOSO!**

novembro 2022

O Conselho de Administração

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



ÁGUAS
DE GAIA
EMPRESA MUNICIPAL, SA

CADERNO DE ENCARGOS

Página 20

Data: nov./2024

ANEXO IV – POLÍTICA E COMPROMISSO ANTI-CORRUPÇÃO

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, S.A.</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 21</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

A ÁGUAS DE GAIA, E.M., S.A. (AdG) desenhou e implementou uma Política Anticorrupção assente num Sistema de Gestão Anticorrupção (SGAC), conforme a Norma ISO 37001, e que tem por base o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), o Regime Geral de Proteção dos Denunciantes de Infrações (RGPDl) e, ainda, as recomendações provenientes do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e do Mecanismo de Prevenção da Corrupção (MENAC), e, bem assim, todo o demais quadro legal e regulatório relevante para a anticorrupção e infrações conexas.

O SGAC é composto por políticas, procedimentos e controlos internos adequados a prevenir, detetar e combater a corrupção e crimes conexos, e a respeitar as leis e convenções anticorrupção aplicáveis, de modo a evitar ou mitigar os custos e os danos do envolvimento com a corrupção. A prossecução dos objetivos anticorrupção realiza-se mediante revisões regulares e sistemáticas conducentes à melhoria contínua do SGAC.

OBJETIVO

Instituir uma cultura de ética e de tolerância zero à corrupção em todas as atividades e operações da AdG.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A nível interno, aplica-se a todos os Trabalhadores da AdG, bem como a qualquer pessoa que, por delegação do Conselho de Administração, represente ou vincule a AdG.

A nível externo, a AdG exige, na medida do possível, que as entidades com quem tem, ou prevê estabelecer, alguma forma de negócio ou parceria cumpram as disposições previstas nesta Política, ou, pelo menos, tenham controlos equivalentes que cumpram os padrões estabelecidos nesta Política, como pré-condição à colaboração com tais entidades.

DESCRIÇÃO

O Sistema de Gestão Anticorrupção da AdG assenta nos seguintes princípios:

- **Princípio da Tolerância Zero à Corrupção**, salienta que qualquer risco de corrupção que exista vai ser prevenido e mitigado através de controlos.
- **Prevenção da Corrupção Passiva**, consiste na proibição expressa a todos os Trabalhadores da AdG, bem como a quem quer que atue em seu nome e por sua conta, o ato de solicitar ou aceitar uma vantagem, ou a sua promessa, como contrapartida da prática de um qualquer ato ou omissão relacionado com o exercício das suas funções.

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 22</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

▪ **Prevenção do Recebimento indevido de vantagem:**

a) Solicitação de presentes ou convites, todos os Trabalhadores estão proibidos de, no exercício das suas funções ou por causa delas, solicitar presentes ou convites qualquer que seja o seu valor;

b) Aceitação de presentes ou de convites, todos os Trabalhadores estão proibidos de, no exercício das suas funções ou por causa delas, aceitar a oferta de presentes ou de convites, provenientes de pessoas singulares ou coletivas privadas, nacionais ou estrangeiras, que possam condicionar a imparcialidade e a integridade do exercício das suas funções. Presume-se que existe este condicionamento quando haja aceitação de presentes ou de convites de valor estimado igual ou superior a 150€. Assim, todas as ofertas de presentes ou de convites de valor estimado igual ou superior a 150€ devem ser rejeitados e, se for o caso, devolvidos. Excecionalmente, se houver fundado receio de que a recusa possa representar uma quebra de respeito interinstitucional, o Trabalhador deve pedir parecer prévio ao Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção. Por outro lado, os Trabalhadores podem aceitar a oferta de presentes ou de convites desde que, cumulativamente, (i) sejam de valor estimado inferior a 150€, (ii) não sejam prática habitual entre oferente e recetor, (iii) não estejam relacionados com atos praticados ou a praticar pelo recetor, (iv) sejam socialmente adequados ou conformes aos usos e costumes e (v) sejam assumidos publicamente;

c) Convites provenientes de entidades públicas nacionais ou estrangeiras, os Trabalhadores que nessa qualidade sejam convidados, podem aceitar convites de qualquer valor que lhes forem dirigidos.

- **Conflitos de Interesses**, são prevenidos e geridos de forma adequada a fim de (i) promover a integridade e a transparência e (ii) proteger a AdG e/ou os seus Administradores e Trabalhadores de acusações de parcialidade e/ou desonestidade.
- **Contratação Pública**, a AdG cumpre escrupulosamente os princípios e as normas aplicáveis aos procedimentos de contratação previstos no Código dos Contratos Públicos. Considerando que a área da contratação pública é particularmente vulnerável a práticas corruptas, a AdG tem em prática um plano de prevenção de riscos de corrupção ao longo do ciclo da contratação. Acresce que a AdG defende em qualquer procedimento concursal a concorrência, a igualdade, a imparcialidade, transparência e publicidade.
- **Regras Contabilísticas e Financeiras**, a AdG tem implementados um conjunto de controlos contabilísticos e financeiros que pretendem garantir que os processos contabilísticos não são utilizados para encobrir atos de corrupção ou de infrações conexas.
- **Prevenção da Corrupção Ativa**, consiste na proibição expressa a todos os Trabalhadores de conceder ou prometer uma vantagem, seja a quem for, com o objetivo de violar a lei, obter ou reter um negócio, agilizar procedimentos ou obter decisões.

| | | |
|--|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 23</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

- **Prevenção dos Pagamentos de Facilitação**, consiste na proibição expressa a todos os Trabalhadores de aceitarem pagamentos ilegais ou não oficiais que visam assegurar ou apressar certos atos necessários ou procedimentos administrativos legítimos.
- **Prevenção de Atos de Beneficência**, a AdG proíbe estes atos e que se consubstanciam na concessão de um favor a terceiro, como por exemplo adjudicação de um contrato ou atribuição de um emprego, sem fundamento no interesse público ou racionalidade económica.
- **Prevenção na Concessão de Patrocínios**, as ações de patrocínio só podem ser realizadas em nome e por conta da AdG e (i) desde que o mesmo se destine única e exclusivamente a apoiar uma causa humanitária, social ou cultural, ou a promover a marca ou imagem da AdG, (ii) não devem ser patrocinadas entidades com relações comerciais com a AdG e (iii) os patrocínios não podem ser usados para influenciar ou pressionar a celebração de um contrato com a AdG.
- **Diligência Devida antes da contratação de pessoal ou de terceiros**, consiste na realização de um procedimento que visa a obtenção de informação suficiente para apreciar a natureza e extensão do risco de corrupção junto dos candidatos a fornecedores de bens ou serviços como, também, no processo de recrutamento de pessoal.
- **Função de Conformidade Anticorrupção**, tem a responsabilidade, independência e autoridade para (i) supervisionar a conceção e implementação do sistema de gestão anticorrupção, (ii) garantir a conformidade do SGAC com a norma ISO 37001, com o RGPC e com o RGPD, (iii) garantir a execução, controlo e revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas, (iv) gerir o canal de denúncias interno, (v) dar aconselhamento e orientação aos Trabalhadores sobre o SGAC e (vi) reportar o desempenho do SGAC ao Conselho de Administração.
- **Levantamento de Preocupações**, a AdG compromete-se a que nenhum Trabalhador seja alvo de qualquer forma de discriminação, nomeadamente de atos de assédio ou represália, decorrente do exercício da obrigação de alerta que tome conhecimento ou suspeite, de boa-fé e com base em fundamentos e convicções sérias, de um ato de corrupção ou da violação desta Política. Para o efeito, a AdG implementou um **canal de denúncias interno**, que permite ao denunciante optar por fazer uma comunicação anónima, sendo que, nesse caso, a AdG não tomará qualquer providência que vise identificá-lo. Este canal é gerido pelo Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção.
- **Consequências do Incumprimento**, os Trabalhadores que violarem a Política Anticorrupção da AdG, ou Administradores que, em consequência do incumprimento do seu dever de vigilância ou de controlo, forem indiretamente responsáveis por essas violações, podem ser punidos disciplinarmente, inclusivamente com medidas que podem conduzir ao despedimento ou à resolução dos seus contratos.
- **Comunicação e Formação**, todos os Trabalhadores da AdG são convidados a ler a Política Anticorrupção e assegurar que tomaram conhecimento do seu teor. Com vista à exata

| | | |
|--|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 24</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

aplicação desta Política, a AdG tem implementado Planos de Formação e de Comunicação anuais que contemplam a matéria anticorrupção. A AdG garante, ainda, a comunicação e a disponibilização desta Política a todas as partes interessadas externas, através dos canais estabelecidos.

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, S.A.</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 25</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

“Princípio da Tolerância Zero à Corrupção”

A ÁGUAS DE GAIA, E.M., S.A. (doravante AGEM) pauta a sua conduta no mercado e na comunidade pela observância de princípios de legalidade e de ética empresarial e tem adotado sempre modelos de governo que visam uma conduta de integridade de todos os seus colaboradores, contribuindo com o seu exemplo para a difusão das boas práticas em matéria de anticorrupção.

Atuar sempre de forma a proteger o interesse público, utilizando com parcimónia e transparência os recursos públicos colocados à disposição da AGEM, e respeitar e zelar pelo cumprimento escrupuloso das disposições legais, regulamentos e normativos aplicáveis à AGEM, são, como sempre foram, imperativos que norteiam a todo o momento a atuação da AGEM.

Porque a AGEM valoriza a conduta ética nos negócios e, em especial, na contratação pública, materializou os valores que prossegue, consagrando o princípio de “tolerância zero” em relação à corrupção e crimes conexos e estabelecendo normas de conduta profissional numa Política Anticorrupção aplicável a todos os seus colaboradores. Esta Política Anticorrupção assenta num sistema de gestão anticorrupção conforme a norma ISO 37001, composto por um conjunto de políticas, procedimentos e controlos internos adequados a prevenir, detetar e combater a corrupção e crimes conexos, e a respeitar as leis e convenções anticorrupção, de molde a evitar ou mitigar os custos, os riscos e os danos do envolvimento com a corrupção.

Em conformidade, a AGEM espera que as entidades externas com quem tem ou prevê estabelecer alguma forma de relação de negócio (fornecedores, prestadores de serviços, consórcios, parceiros de consórcio, subcontratados, consultores, intermediários, investidores, entre outros), cumpram as disposições previstas na sua Política Anticorrupção, ou, pelo menos, tenham controlos equivalentes que cumpram os padrões estabelecidos nessa Política, como pré-condição à colaboração com tais entidades.

Atento o exposto,

- 1. Reconhecendo expressamente os princípios e boas práticas supra referidos o Adjudicatário, compromete-se a:*
 - a) Cumprir todas as leis e demais regulamentação aplicável à sua atividade e, em particular, ao fornecimento de produtos e serviços à AGEM;*
 - b) Adotar práticas de governo societário e de gestão conformes a elevados padrões éticos, repudiando e condenando a prática de atos ilícitos, designadamente a corrupção e o recebimento indevido de vantagem, em todas as suas formas, os quais se compromete a prevenir, rejeitar ativamente, denunciar e a reprimir, abstendo-se de se envolver em situações potenciadoras de atos suscetíveis de associação a estes fenómenos corruptivos;*
 - c) Garantir a prevenção de existência de conflitos de interesse, informando-a das situações*

| | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 26</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

que identifique para respetiva gestão;

- d) Divulgar e assegurar o cumprimento pelos seus colaboradores dos compromissos aqui vertidos, disponibilizando-se para cooperar na prestação de informação e na monitorização da conformidade da sua atividade com os princípios e práticas assumidas de anticorrupção;*
- e) Informar a AGEM de qualquer tentativa ou pedido de funcionários da AGEM para obter ou oferecer vantagens indevidas.*

2. *O Adjudicatário fica expressamente proibido de prometer ou oferecer a um colaborador da AGEM ou a um seu familiar:*

- a) Hospitalidade, como estadias gratuitas em hotéis;*
- b) Dinheiro;*
- c) Serviços pessoais;*
- d) Empréstimos ou garantias de qualquer tipo, direta ou indiretamente;*
- e) Eventos ou refeições em que o Adjudicatário ou um seu representante não esteja presente;*
- f) Presentes ou entretenimento de qualquer tipo (com exceções para pequenos itens de publicidade sem valor comercial ou cortesias comerciais normais, de pequeno valor);*
- g) Posição de acionista na empresa do Adjudicatário ou em qualquer uma das empresas do grupo, direta ou indiretamente;*
- h) Emprego a membros da família em cargos que possam conduzir a um conflito de interesses;*
- i) Emprego a colaborador da AGEM ou envolvimento em atividades comerciais privadas em conexão com um fornecedor atual, anterior ou futuro da AGEM;*
- j) A possibilidade de recorrer aos serviços/produtos do Adjudicatário para uso privado, se nas mesmas condições tal não for possível a qualquer pessoa.*

3. *A enumeração constante do n.º 2 desta cláusula não é exaustiva e é meramente exemplificativa de atos ou situações que a AGEM considera más práticas e que não admite. Na eventualidade do Adjudicatário ter dúvidas, problemas ou dificuldades relacionadas com estas regras, pode contactar o Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção da AGEM.*

4. *O Adjudicatário enquanto contratado da AGEM não pode revelar, sem autorização expressa da AGEM, qualquer informação confidencial da AGEM a terceiros, sejam pessoas singulares ou empresas.*

5. *A AGEM reserva-se no direito de apreciar e, quando apropriado, investigar qualquer sinal de corrupção por parte de, em nome de ou em benefício do Adjudicatário, no que respeita ao presente Contrato, que tenha sido relatado, detetado ou de que razoavelmente suspeite.*

6. *A prática de qualquer ato, ou tentativa de o praticar, que viole o disposto na presente cláusula confere à AGEM o direito a resolver o presente Contrato com justa causa.*

| | | |
|--|-----------------------------------|------------------------|
|  <p>ÁGUAS DE GAIA EMPRESA MUNICIPAL, SA</p> | <p>CADERNO DE ENCARGOS</p> | <p>Página 27</p> |
| | | <p>Data: nov./2024</p> |

7. O Adjudicatário confirma que recebeu uma cópia da Política Anticorrupção da AGEM e que entendeu os seus termos, assim como os previstos nesta Cláusula.



ÁGUAS
DE GAIA
EMPRESA MUNICIPAL, SA

CADERNO DE ENCARGOS

Página 28

Data: nov./2024

ANEXO V – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EXTERNOS DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL

Critérios de Ponderação para Avaliação de Fornecedores

Preço

| Critério de Avaliação | | |
|-----------------------|---|--|
| Ponderação | 1 | Mau |
| | 2 | Insuficiente |
| | 3 | Razoável |
| | 4 | Bom |
| | 5 | Excelente |
| | | Custo muito elevado para os requisitos definidos |
| | | Maior custo |
| | | Custo aceitável para os requisitos definidos |
| | | Custo adequado para o cumprimento dos requisitos solicitados |
| | | Menor custo |

Conformidade do Produto / Qualidade da Prestação

| Critério de Avaliação | | |
|-----------------------|---|--|
| Ponderação | 1 | Mau |
| | 2 | Insuficiente |
| | 3 | Razoável |
| | 4 | Bom |
| | 5 | Excelente |
| | | Fornecimento não conforme com o acordado inicialmente com consequências na atividade de AGEM |
| | | Fornecimento não conforme com o acordado inicialmente sem consequências |
| | | Fornecimento parcialmente conforme com o acordado inicialmente sem consequências |
| | | Fornecimento conforme o acordo inicialmente |
| | | Produto com qualidades superiores às acordadas inicialmente |

Assistência / Acompanhamento

| Critério de Avaliação | | |
|-----------------------|---|---|
| Ponderação | 1 | Mau |
| | 2 | Insuficiente |
| | 3 | Razoável |
| | 4 | Bom |
| | 5 | Excelente |
| | | Intervenção não executada |
| | | Intervenção executada fora do prazo estipulado |
| | | Intervenção/Resposta em tempo útil |
| | | Intervenção/Resposta imediata |
| | | Intervenção/Resposta executada de forma eficiente e assertiva em prazo anterior ao estipulado |

Segurança (quando aplicável)

| Critério de Avaliação | | |
|-----------------------|---|---|
| Ponderação | 1 | Mau |
| | 2 | Insuficiente |
| | 3 | Razoável |
| | 4 | Bom |
| | 5 | Excelente |
| | | Não cumprimento das regras de segurança afetas à aquisição (1 acidente grave ou >2 acidentes/Incidentes ou não conformidades) |
| | | Não cumprimento das regras de segurança (2 acidente/Incidente ou não conformidades) |
| | | Cumprimento das regras de segurança (1 acidente/Incidente ou não conformidades) |
| | | Cumprimento das regras de segurança |
| | | Boa prática na execução das tarefas com cumprimento de excelente das regras e legislação de segurança |

Prazo de Entrega/Execução

| Critério de Avaliação | | |
|-----------------------|---|--|
| Ponderação | 1 | Mau |
| | 2 | Insuficiente |
| | 3 | Razoável |
| | 4 | Bom |
| | 5 | Excelente |
| | | Entrega/Execução não efetuada |
| | | Não cumprimento dos prazos de entrega acordado e que originou não conformidades no sistema |
| | | Não cumprimento do prazo de entrega acordado |
| | | Cumprimento do prazo de entrega acordado |
| | | Entrega/Execução antecipada ao prazo acordado |

Ambiente (quando aplicável)

| Critério de Avaliação | | |
|-----------------------|---|--|
| Ponderação | 1 | Mau |
| | 2 | Insuficiente |
| | 3 | Razoável |
| | 4 | Bom |
| | 5 | Excelente |
| | | Não cumprimento dos requisitos legais e/ou contratuais ou ≥ 5 não conformidades |
| | | Não cumprimento dos requisitos legais e/ou contratuais ou ≥ 3 não conformidades |
| | | Cumprimento dos requisitos legais e/ou contratuais e > 1 e < 3 não conformidades |
| | | Cumprimento dos requisitos legais e/ou contratuais (0 não conformidades) |
| | | Cumprimento dos requisitos legais e/ou contratuais (0 não conformidades e boas práticas) |